

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MANUELA ALVES FERREIRADA SILVA

**A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL: A REALIDADE DOS
INVESTIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS BRASILEIROS**

SOUSA – PB

2017

MANUELA ALVES FERREIRADA SILVA

**A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL: A REALIDADE DOS
INVESTIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS BRASILEIROS**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do curso de Ciências Contábeis
da Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador: Profº. Hipônio Fortes Guilherme

SOUSA – PB

2017

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: **“A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL: A REALIDADE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS BRASILEIROS”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

MANUELA ALVES FERREIRA DA SILVA

MANUELA ALVES FERREIRA DA SILVA

**A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL: A REALIDADE DOS
INVESTIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS BRASILEIROS**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Hipônio Fortes Guilherme
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof.- Membro
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof.- Membro
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

SOUSA – PB __/__/2017.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é a concretização de um sonho que se torna realidade. E para prosseguir nesta caminhada contei com o apoio de familiares e amigos.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida, o discernimento e perseverança para seguir e nunca desistir.

A minha mãe, a grande incentivadora, sou grata a ela por todos os incentivos e ensinamentos, que me ajudou a ser uma pessoa melhor, podendo assim ser mais confiante e perseverante.

Ao meu orientador Prof^o Hipônio Fortes Guilherme, pela paciência e dedicação para a elaboração do trabalho. Pelas palavras de apoio e confiança para a realização deste trabalho, e pelas suas contribuições que foram de suma importância.

Aos meus familiares que acreditaram em mim, me apoiando e incentivando todas as minhas escolhas.

Ao meu esposo, que me acompanha desde o início do meu ingresso na vida acadêmica, tendo paciência e me incentivando a não desistir.

Ao Marlon, meu filho, que é o motivo maior, para eu ser uma pessoa melhor como na vida profissional como na pessoal, e por ser a pessoa que mais sentiu minha falta, pela minha ausência.

Aos meus amigos, em especial Najla e Ana Paula, por terem feito parte da minha vida, participando momentos felizes, tristes, e pessoas que me ensinaram e me ajudaram muito com assuntos acadêmicos tirando dúvidas para uma melhor aprendizagem.

As professoras Mônica e Christiane, que foram mais que professoras. Que são exemplos de pessoas íntegras e profissionais, que sempre exigiram o melhor de mim e por acreditar no meu potencial.

Ao professor Jean Sampaio pelos os materiais concedidos, e por esclarecimentos sobre o meu tema.

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da crise financeira internacional de 2008 sobre os gastos com investimentos públicos dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2012. Quanto à metodologia utilizada, adotou-se o teste de Mann-Whitney. Trata-se de um teste não paramétrico, por conter variáveis que não têm distribuição normal, utilizado para comparar se duas amostras independentes foram extraídas de população com médias iguais. Em relação à abordagem o estudo classifica-se como teórico-empírica; quanto ao problema e ao objetivo de pesquisa, caracteriza-se por ser descritiva de abordagem qualitativa. Concluiu-se que a crise de 2008 não afetou os investimentos públicos municipais, uma vez que, mesmo constatando a $SIG < 0,05$, a média da variável antes e após a crise encontra-se diferente sendo possível verificar que a diferença da média variável depois da crise é maior que a variável da média antes da crise.

Palavra chave: Crise Financeira; Mann-Whitney; Investimentos Públicos.

ABSTRACT

The research aims to analyze the impact of the 2008 international financial crisis on the public investment expenditures of Brazilian municipalities from 2004 to 2012. As for the methodology used, the Mann-Whitney test was adopted. This is a non-parametric test, since it contains variables that do not have normal distribution, used to compare if two independent samples were extracted from population with equal means. Regarding the approach, the study is classified as theoretical-empirical; Regarding the problem and the research objective, is characterized by being descriptive of a qualitative approach. It was concluded that the crisis of 2008 did not affect the municipal public investments, since, even when $SIG < 0.05$, the mean of the variable before and after the crisis is different, it is possible to verify that the difference of the variable average After the crisis is higher than the pre-crisis average.

Keyword: Financial Crisis; Mann-Whitney; Public Investments.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Observações do período de 2009-2012

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FED – FEDERAL RESERVE

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

BRICS – AGRUPAMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES BRASIL, RUSSA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL

Fundeb–FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

FINBRA – FINANÇAS DO BRASIL

STN –SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos.....	14
<i>1.1.1</i>	<i>Objetivo geral.....</i>	<i>14</i>
<i>1.1.2</i>	<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>14</i>
1.2	Justificativa.....	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	A Crise Financeira Internacional de 2008.....	16
2.2	Estrutura Político-Administrativa do Brasil.....	18
2.3	Investimentos Públicos.....	20
2.4	Despesas Públicas no Orçamento.....	21
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	Caracterização da Amostra.....	25
3.2	Hipóteses e Variáveis da Pesquisa.....	25
3.3	Tratamento dos Dados.....	26
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	30
	REFERÊNCIAS.....	31
	ANEXOS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional de 2008 se iniciou nos Estados Unidos por causa da bolha imobiliária. No país, confiante de que o mercado imobiliário continuaria em alta, os bancos concederam empréstimos a devedores insolventes, devedores estes considerados de clientes de risco, onde davam seus imóveis como garantia (hipoteca). Mas o mercado imobiliário começou a cair, fazendo com as instituições bancárias não tivessem dinheiro para cobrir as despesas das duas dívidas.

Alguns economistas defendem a tese de que a crise financeira internacional foi o resultado da política monetária excessivamente expansionista adotada pelo Federal Reserve (Fed) durante a gestão de Alan Greenspan. A decisão de Greenspan de manter a taxa de juros americana baixa por um período muito longo de tempo teria inflado a bolha no mercado imobiliário americano, preparando o cenário para a crise financeira. Em última instância, tal política estimularia os investidores a assumirem maiores riscos, já que esses sempre contariam com a rede de segurança do Fed para protegê-los. (OREIRO, 2009, p.1)

Um dos ápices da crise financeira foi fechamento do banco americano Lehman Brothers por falência no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano), considerado o quarto maior banco dos Estados Unidos. Essa atitude do Fed teve um impacto gigantesco sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário. Com seu fechamento, as instituições bancárias entraram em pânico e diminuíram os créditos, afetando diretamente a economia brasileira, já que sem créditos internacionais no Brasil, caem as exportações e o preço das mercadorias brasileiras e aumentam o risco e a taxa de juros.

Antes restrita aos bancos, o primeiro reflexo da crise sobre as empresas brasileiras não financeiras apareceu no dia 25 de setembro de 2008. Segundo o site *Época Negócios* (2013) esse foi o dia em que a Sadia anunciou que havia tido um prejuízo milionário com investimentos em derivativos tóxicos. Era a primeira empresa a registrar perdas ligadas diretamente à crise financeira nos Estados Unidos. Na carona da Sadia, a Aracruz também

perdeu dinheiro. Endividada, a empresa acabou fechando um acordo de aquisição com a VCP e, juntas, as duas empresas criaram a Fibria (indústria de celulose de eucalipto do Brasil).

Com o efeito, no último trimestre de 2008, a produção industrial dos países desenvolvidos experimentou uma redução bastante significativa, apresentando, em alguns casos, uma queda de mais de 10 pontos base com respeito ao último trimestre de 2007. Mesmo os países em desenvolvimento, que não possuíam problemas como seus sistemas financeiros, como o Brasil, também constataram uma fortíssima queda na produção industrial e no Produto Interno Bruto (PIB). De fato, no caso brasileiro, a produção industrial caiu quase 30% no último trimestre de 2008 e o PIB apresentou uma contração anualizada de 14% durante esse período (RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.02).

A expansão fiscal teve início antes da expansão monetária no Brasil; isso ocorreu com base em um regime de metas de inflação muito tétrico o qual o Banco Central fixou um comprometimento. De acordo com o site *Época Negócios* (2013), para estimular o consumo e fazer a economia girar, o governo Lula aprovou um pacote de estímulo fiscal no fim de 2008, constituído de aumento do investimento público, redução de impostos e aumento do salário mínimo e do seguro desemprego.

Mas, mesmo com essas medidas tomadas, o Brasil não ficou imune à crise, e com isso fechou o PIB nacional no ano 2008 em 5,2%, e no ano de 2009 em 0,2%, segundo dados do IBGE. Em 2010, contudo, a economia brasileira apresentou uma forte recuperação, apresentando um crescimento econômico superior a 7%.

Em face de um cenário ameaçador, os governantes da maioria dos países viram-se obrigados a tomar iniciativas emergenciais a fim de reduzirem os efeitos da crise, promovendo a isenção tributária e a oferta de crédito, com o objetivo de mitigar seus efeitos sobre suas economias (MATIAS e PEREIRA, 2010 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.03).

Para enfrentar a crise econômica de 2008 e 2009, a primeira medida tomada pelo governo federal foi o anúncio da redução da meta de superávit primário em outubro de 2008. Segundo a revista online *Carta Capital*, o governo mostrou que haveria mais gastos públicos em certas áreas e que os gastos com o pagamento de juros da dívida pública seriam mais ponderados.

O tripé fiscal adotado pelo governo para enfrentar a crise de 2008: redução da meta de superávit primário, alívio das despesas com juros e aumento programado do déficit nominal do setor público, possibilitou ao governo, segundo o Ipea, aumentar o gasto social per capita

de 2.690 (em 2008) para 2.968 reais (em 2009), uma elevação superior a 10%. Em segundo lugar, o governo pode aumentar o investimento público total (estados, municípios, União e estatais federais) de 3,7% do PIB (em 2008) para 4,2% (em 2009).

Diante do exposto surge o seguinte problema: **Quais os impactos da crise financeira de 2008 nos investimentos públicos dos municípios brasileiros em relação aos investimentos?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

- Analisar o impacto da crise financeira internacional de 2008 sobre os gastos com investimentos públicos dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2012.

1.1.2 Objetivos específicos

- Comparar os níveis dos principais investimentos realizados pelos municípios brasileiros antes da crise de 2008 com os realizados após a crise (2008);
- Investigar as diferenças significativas entre os níveis de investimento realizado pelos municípios brasileiros antes e depois de 2008.

1.2 JUSTIFICATIVA

A crise econômica e financeira de 2008 teve a mesma dimensão da vivida em 1929 (MATIAS e PEREIRA, 2010). Ambas atingiram vários países, especificamente os Estados Unidos da América, ocasionando o fechamento de bancos e indústrias (RIBEIRO et al., 2011).

Os Estados Unidos da América, por se tratarem de uma potencia econômica mundial, qualquer reflexo em sua economia consequentemente irá refletir na economia mundial, principalmente nos países emergentes. Face a um cenário ameaçador, os governantes da maioria dos países viram-se obrigados a tomar iniciativas emergenciais a fim de reduzirem os efeitos da crise, promovendo a isenção tributária e a oferta de crédito, com o objetivo de

mitigar seus efeitos sobre suas economias (MATIAS e PEREIRA, 2010, *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.03).

No Brasil, segundo Gonçalves (2008 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.03), a eclosão da crise levou o Governo a tomar medidas orientadas especificamente para a expansão da liquidez. Houve maior disponibilidade de recursos para os agentes financeiros, flexibilização do redesconto, redução dos depósitos compulsórios para empresas exportadoras e construtoras e, também, expansão do crédito para o agronegócio.

Segundo RIBEIRO, GERIGK (2015, p.04), quanto ao setor público, diante da complexidade do Federalismo brasileiro, que congrega a União, os Estados e os Municípios, entendidos como Entes Públicos dotados de plena autonomia administrativa e financeira, as medidas adotadas, principalmente, pelo Governo Federal em relação à contenção e/ou aos estímulos visando à proteção e à manutenção da atividade econômica do país, precisam considerar os reflexos, em especial, sobre os entes municipais. Pelo fato de que, segundo Arretche e Vazquez (2005), as decisões de gastos dos municípios brasileiros são fortemente influenciadas pela legislação e pelo Governo Federal.

Nesse contexto, na presente pesquisa tem-se como objetivo analisar o impacto da crise financeira de 2008 sobre os gastos realizados, pelos municípios brasileiros, em investimentos públicos no período de 2004 a 2012.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008

De acordo com RIBEIRO e GERIGK (2015, p.07), em meados de 2007 surgiram os primeiros indícios de uma nova crise financeira proveniente do mercado imobiliário norte-americano, que teve grande repercussão mundial nos anos subsequentes. Bresser-Pereira (2009) argumenta que a crise financeira de 2008 decorreu de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes. Assim, ao levar os gestores econômicos a preferirem a liquidez para cobrirem seus créditos, os inadimplentes levaram vários bancos e instituições financeiras à situação de falência.

Segundo Oreiro *et al.* (2009), alguns economistas “ortodoxos” defendem a tese de que a crise financeira internacional foi o resultado da política monetária excessivamente expansionista adotada pelo Federal Reserve (Fed) durante a gestão de Alan Greenspan. A decisão de Greenspan de manter a taxa de juros americana baixa por um período muito longo de tempo teria inflado a bolha no mercado imobiliário americano, preparando o cenário para a atual crise financeira. Em última instância, tal política estimularia os investidores a assumirem maiores riscos, já que esses sempre contariam com a rede de segurança do Fed para protegê-los.

Oreiro *et al.* (2009) ainda tratam a explicação para a crise, compartilhada por George Soros, em seu último livro (“O Novo Paradigma para os Mercados Financeiros”), publicado em 2008. Nas suas palavras:

Todas essas crises são parte do que chamo de uma superbolha – um processo reflexivo de longo prazo que se desenvolve há mais ou menos 25 anos. Ela consiste de uma tendência dominante, a expansão do crédito, e de uma concepção equivocada dominante, o fundamentalismo de mercado (também conhecido como *laisser-faire* no século XIX), que defende que os mercados devem ser livres.

Para Carcanholo (2008 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.07), o aumento da inadimplência, associado à queda dos preços dos imóveis, fez com que os agentes financeiros ficassem sem recursos para saldar seus compromissos, elevando a descapitalização dos grandes bancos em decorrência da forte redução na liquidez interbancária, propagando extremas incertezas econômicas. Diante desse contexto, não demorou muito para que a crise

tomasse grandes proporções e influenciasse a economia mundial. Com a explosão da crise imobiliária, os mercados financeiros dos EUA e da Europa foram atingidos diretamente, pois suas instituições financeiras eram as principais negociantes das hipotecas de alto risco. No entanto, a crise rapidamente se espalhou, tornando-se mundial; com isso, um grande contingente de países passou a sentir as suas consequências, inclusive o Brasil.

De acordo com Oreiro (2011), mesmo os países em desenvolvimento, que não possuíam problemas como seus sistemas financeiros, como o Brasil, também constataram uma fortíssima queda na produção industrial e no Produto Interno Bruto (PIB). De fato, no caso brasileiro, a produção industrial caiu quase 30% no último trimestre de 2008 e o PIB apresentou uma contração anualizada de 14% durante esse período.

Ainda segundo Oreiro (2011), no Brasil, a expansão fiscal começou antes da expansão monetária devido a um “comprometimento irracional” do Banco Central (BC) com um regime de metas de inflação muito rígido. Nesse contexto, o governo Lula aprovou um pacote de estímulo fiscal no fim de 2008, constituído de aumento do investimento público, redução de impostos e aumento do salário mínimo e do seguro desemprego. A redução da taxa de juros começou apenas em janeiro de 2009, após o colapso da produção industrial e da disseminação de rumores quanto a possível demissão do presidente do BC. Como resultado da demora no relaxamento na política monetária, o PIB declinou 0,7% em 2009 (*apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.08).

Os países em desenvolvimento tiveram um desempenho econômico muito superior ao dos países desenvolvidos durante a crise. O crescimento econômico da China foi de 8,5% em 2009, mostrando uma pequena redução com respeito a 2008, quando a economia cresceu 9%. O desempenho econômico da Índia também foi boa. Após uma expansão de 7,3% do PIB em 2008, o crescimento foi reduzido para 5,4% em 2009. A performance econômica do Brasil durante a crise não foi tão boa como a da China e da Índia. Após um crescimento robusto de 5,1% em 2008, o PIB caiu 0,7% em 2009.

Em 2010, contudo, a economia brasileira apresentou uma forte recuperação, apresentando um crescimento econômico superior a 7%, entre os BRICS (agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), apenas a Rússia apresentou uma queda forte do nível de atividade econômica. No que se refere à primeira questão, a “sabedoria convencional” afirma que a crise financeira de 2008

foi apenas o resultado de uma regulação financeira inadequada, combinada com uma política monetária muito frouxa conduzida pelo Fed durante a administração Greenspan (OREIRO, 2011).

Para Oreiro (2011):

“No que se refere à segunda questão, a “sabedoria convencional” estabelece que a crise de 2008 foi apenas um desvio temporário no curso normal de eventos ,de tal forma que, no futuro próximo, as economias capitalistas irão retomar a trajetória de crescimento observada antes da crise. O crescimento mundial poderá ser novamente puxado pela expansão de crédito nos Estados Unidos e a política econômica poderá voltar a ser conduzida com base no assim denominado “novo consenso macroeconômico”, o qual estabelece que o objetivo fundamental, se não o único, da política macroeconômica é a estabilidade da taxa de inflação.”

Segundo Gonçalves (2008 *apud* RIBEIRO, GERIGK , 2015, p.09), houve maior disponibilidade de recursos para os agentes financeiros, flexibilização do redesconto, redução dos depósitos compulsórios para empresas exportadoras e construtoras e, também, expansão do crédito para o agronegócio após a eclosão da crise que levou o Governo a tomar medidas orientadas especificamente para a expansão da liquidez.

2.2 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Diferentemente de muitas Federações, a brasileira, assim como a belga, é um sistema de três níveis (triplo federalismo) porque incorporaram os municípios, e também os estados, como entes federativos, refletindo uma longa tradição de autonomia municipal e de escasso controle dos estados sobre as questões locais. A CF de 1988, no caso dos municípios, contrastou com as anteriores, em razão da provisão de mais recursos para as esferas subnacionais (SOUZA, 2005 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.11).

A descentralização promovida no Brasil pela CF de 1988, para Almeida e Carneiro (2003 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.11), seguiu uma tendência observada nas democracias ocidentais que objetivavam aproximar o governo dos cidadãos, por meio dos governos locais. Como o País passava por um período de transição do regime ditatorial para o democrático, essas tendências influenciaram as novas regras constitucionais e, também, foram vistas como uma resposta à centralização extrema de recursos e de decisão no Governo Central, existente no período militar. Ainda, segundo Souza (2002), existia a promessa de

tornar os governos municipais mais eficientes e acessíveis às demandas dos cidadãos (SOUZA, 2002).

Segundo RIBEIRO, GERIGK (2015, p.12) a federação brasileira tem sido marcada por políticas públicas federais que se impõem às instâncias subnacionais. Poucas competências constitucionais exclusivas são alocadas aos estados e municípios, como também ocorre em outros países em desenvolvimento, como o México e a África do Sul. Por outro lado, para Souza (2005) os estados e municípios possuem autonomia administrativa considerável, responsabilidades pela implementação de políticas aprovadas na esfera federal, inclusive muitas decorrentes de Emendas Constitucionais, e parcelas dos recursos públicos provenientes do Governo Federal, principalmente para os municípios, que são superiores ao evidenciado em outros países em desenvolvimento.

De acordo com Ribeiro e Gerigk (2015, p.13), os municípios brasileiros têm suas decisões de gasto fortemente induzidas pela legislação federal; como exemplo tem-se a realizada nas áreas de educação e saúde, em que existem percentuais mínimos a serem aplicados definidos constitucionalmente, 25% e 15% das receitas originárias de impostos, respectivamente. Além, de outras normas que regulam os montantes e o tipo de gastos locais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por exemplo.

A partir da CF de 1988, os municípios passaram a ter maior autonomia administrativa e financeira, através da descentralização de políticas públicas para o nível municipal e a reorganização do sistema de tributação e redistribuição de receitas da União e dos estados aos municípios. Porém, o que se constatou foi a ampliação das atribuições dos entes municipais diante da população sem a devida contrapartida financeira; as contingências decorrentes do porte dos municípios e a sua localização geográfica influenciam sua capacidade financeira de autofinanciamento via sistema tributário (SOUZA, 2004; SOUZA, 2005; ARRETCHE; VAZQUEZ, 2005 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.13)

Segundo Ribeiro e Gerigk (2015, p.13), “o sistema de autofinanciamento vigente privilegia o governo federal em detrimento dos demais entes públicos que integram a Federação”. Essa concentração de receitas tributárias e a forma de sua redistribuição pela União influenciam fortemente as administrações municipais e condicionam, em grande extensão, as ações dos governos locais.

Ribeiro e Gerigk (2015) ainda falam que a característica básica evidenciada é que, quanto menor o porte dos municípios, maior é a sua dependência financeira em relação às transferências constitucionais da União e dos Estados e menor é sua capacidade de

autofinanciar-se por meio da tributação municipal. No caso dos municípios extremamente pequenos, com menos de cinco mil habitantes, a participação nas receitas da União e dos Estados, tanto em 2000 quanto em 2011, representou mais de 70% das receitas correntes municipais. Considerando, ainda, que esses municípios contam com as transferências multigovernamentais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, a dependência financeira é ainda maior.

Logicamente, esses fatores trazem maior complexidade na prestação dos serviços públicos municipais. As características financeiras dos municípios brasileiros certamente influenciam as decisões sobre a aplicação de recursos em novos investimentos públicos. Visto que a maioria depende, em grande medida, das transferências da União e dos Estados, estes, por sua vez, precisam que a economia esteja em desenvolvimento para manterem seus níveis de arrecadação, conseqüentemente, os níveis de investimentos dos entes subnacionais, em especial, nos municípios.

2.3 DESPESAS PÚBLICAS NO ORÇAMENTO

O orçamento público é uma importante ferramenta de planejamento e ação do Estado moderno. Após várias alterações desde o seu surgimento na Inglaterra do século XIII, este é hoje uma complexa ferramenta de gestão, utilizado por governos com o objetivo de cumprir diferentes funções como a indução econômica, distribuição de renda, alocação e oferta de bens e serviços públicos.

Segundo Slomski (2013, p. 63), o orçamento público é “a base do planejamento econômico do Estado, compreendendo todas as receitas e despesas produzidas por este, calculadas a partir de bases estatísticas e econômicas, porém sem deixar de ter a influência programática de cada governo eleito, a cada mandato político”. Portanto, torna-se de suma importância conhecer a maneira como o estado arrecada suas receitas e também como este realiza as despesas públicas. A forma de arrecadação do Estado está principalmente no âmbito das políticas tributárias, que se apóiam em princípios de justiça, equidade, entre outros. Estas atuam na função distributiva do Estado, especificamente, na medida em que se trabalhe a questão da equidade contributiva do cidadão.

Dentre as diversas naturezas das despesas públicas, segundo a classificação keynesiana utilizada por Rezende (2011*apud* Slomski 2013). podemos dividi-las em quatro grupos: despesas de transferências diretas a pessoas, despesas com consumo do governo, investimentos e pagamento do serviço da dívida pública.

No primeiro grupo temos as despesas de transferências diretas a pessoas que incluem pagamentos de benefícios, desde programas de renda até aposentadorias e pensões do sistema previdenciário nacional. Este tipo de despesa tem um impacto muito grande sobre o consumo, uma vez que as pessoas que os recebem têm tendência maior a consumir do que a poupar, por isso o impacto da alta desses gastos geram um aumento de demanda associada superior as outras naturezas de despesa.

No segundo grupo se encontram as despesas com consumo do governo que têm como principal item os gastos com salários do funcionalismo público. Os impactos em consumo e poupança são observados nesse grupo, podendo haver grandes modificações em função do tipo de funcionário e salário envolvido. No terceiro bloco encontram-se as despesas com investimentos, voltados à formação de capital, a partir da realização de obras públicas, nas quais há diferentes contratos de serviços de terceiros. Neste caso, segundo Rezende (2011), há uma grande apropriação da renda gerada em projetos de obras pelos contratados, cuja propensão marginal a consumir é inferior a dos segmentos que recebem transferências e também salários, o que tende a gerar tanto aumento de consumo quanto de poupança ou investimento.

Segundo Slomski (2013) as despesas com pagamento do serviço da dívida pública têm seu tipo de impacto dependente do prazo em que se avalia a dívida pública. No curto prazo a dívida pública leva a um aumento da demanda agregada e tem efeito expansivo na economia. Já no longo prazo o crescimento da dívida pública acaba por redirecionar recursos do investimento, que levariam à formação de capital para seu pagamento e dessa forma, conduz a uma retração econômica (REZENDE, 2011).

O Estado associa essas diferentes despesas a partir de sua capacidade arrecadatória e com diferentes finalidades sociais e econômicas, dependendo do peso de cada grupo no orçamento público é possível influenciar mais vigorosamente a poupança ou o consumo, a retração ou a expansão econômica.

2.4 INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Segundo RIBEIRO e GERIGK (2015, p.13), a economia brasileira, apesar da estabilidade econômica, vem enfrentando ao longo do tempo o desafio de atender à necessidade de investimentos públicos. As carências de infra-estrutura acentuam as desigualdades sociais e regionais na economia brasileira. A característica concentradora do

crescimento brasileiro proporcionou historicamente, a formação de uma sociedade com um dos maiores índices mundiais de desigualdade (DOMINGUES; VIANA; OLIVEIRA, 2007).

Borges (2010 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2015, p.13) exemplifica a clássica distinção entre bens públicos e privados: enquanto bens privados puros são rivais e excludentes, bens públicos são não rivais e não excludentes. Por exemplo, políticas de controle da poluição produzem um bem público, que é uma atmosfera mais limpa. Em princípio, ninguém pode ser excluído do consumo desse bem (não exclusão). É preciso notar que bens públicos e bens privados representam situações extremas, tipos-ideais que raramente correspondem ao mundo empírico.

As políticas em áreas como saúde, educação, saneamento, etc. envolvem a oferta dos chamados bens públicos locais. Trata-se de bens não divisíveis que geram externalidades positivas de âmbito local (ex.: uma ponte, uma escola) (BORGES, 2010). Os investimentos públicos são caracterizados como despesas de capital que originam novos bens adquiridos ou formados (*apud* RIBEIRO, GERIGK, 2016, p.14).

Para Nascimento (2006, p. 155 *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2016, p.14), os investimentos públicos envolvem “[...] o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas obras, e com a aquisição de instalações equipamentos e material permanente.”

Ainda segundo RIBEIRO e GERIGK (2015, p.14), os investimentos públicos são aplicações de recursos que resultam na obtenção de novos bens de capital por parte das entidades públicas e decorrem da realização de obras e/ou da aquisição de materiais ou equipamentos permanentes novos. Os investimentos públicos visam à expansão e/ou melhorias da forma de realizar a prestação dos serviços públicos à população, como, por exemplo, pela construção de escolas, creches, postos de saúde, ou pela aquisição de equipamentos: médicos, odontológicos, máquinas, veículos, etc., ou, ainda, pela restauração de bens já existentes, colocando-os em condições de novamente prestarem serviços à sociedade (SLOMSKI, 2006; ANDRADE, 2007; KOHAMA, 2010, *apud* RIBEIRO, GERIGK, 2016, p.14).

O investimento público, historicamente, constitui-se em uma das alavancas do crescimento econômico brasileiro (DALL’ACQUA, 2005). São exemplos de investimentos realizados pelos municípios; nesse sentido, as obras de infra-estrutura, como a construção de uma estrada ou uma pavimentação asfáltica; esse investimento valorizará os imóveis localizados naquela área, proporcionará melhoria nas condições de tráfego na região, gerará, temporariamente, empregos durante a execução da obra e, ainda, de forma futura, poderá

contribuir para investimentos privados na região, gerando externalidades presentes e futuras. Outro exemplo de investimento público é a aquisição de ônibus destinados ao transporte escolar, que beneficiam diversos alunos, por meio do acesso à educação, além de proporcionarem mais segurança no transporte dos educados (*apud* RIBEIRO, GERIGK , 2016, p.14).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi delineada a partir do teste de Mann-Whitney. Segundo FÁVERO *et al.* (2009, p.163) o Mann-Whitney é aplicado para testar se duas amostras independentes foram extraídas de populações com médias iguais. Este é um dos testes não paramétricos mais poderosos, sendo uma alternativa ao teste paramétrico *t* para duas amostras independentes quando a amostra for pequena e/ou quando a hipótese de normalidade for violada, que o caso da nossa pesquisa. A única exigência do teste Mann-Whitney é que a variável deve ser medida em escala ordinal e quantitativa.

Os parâmetros de relevância para a análise foram a Sig. (nível de significância) e a média da(s) variável(eis), através destes parâmetros pode-se verificar qual hipótese foi aceita. Para a aplicação de testes paramétricos é necessária a verificação simultânea de que “0” (*dummy*), a variável dependente, seja igual ou diferente de “1” (*dummy*), caso as análises objetivem comparar duas amostras (MAROCO, 2003, *apud* RIBEIRO E GERIGK, 2015, FÁVERO, 2009). Para um melhor resultado foi utilizado o IBM SPSS Statistics, que é um programa estatístico, onde foi preciso utilização da variável *Dummy*, para um melhor reconhecimento dos dados.

De acordo com FÁVERO *et al.* (2009, p.163), à medida que o tamanho da amostra cresce, a distribuição de Mann-Whitney aproxima-se de uma distribuição normal padrão.

Os passos iniciais para a aplicação do teste são:

- a) Considere N_1 = número de casos do grupo 1, que é aquele com menor quantidade de observações, e N_2 = número de casos do grupo 2, com maior quantidade de observações.
- b) Colocar os dados dos dois grupos em ordem crescente. Atribuir o posto 1 ao grupo com menor *score*, e assim sucessivamente, até $N = N_1 + N_2$. No caso de observações empatadas, atribuir a média dos postos correspondentes.
- c) Calcular R_1 = soma do postos do grupo 1 e R_2 = soma do postos 2.
- d) Calcular a estatística U de Mann-Whitney a partir de U_1 e U_2 :

$$U_1 = N_1 \cdot N_2 + \frac{N_1(N_1+1)}{2} - R_1$$

ou

$$U_2 = N_1 \cdot N_2 + \frac{N_2(N_2+1)}{2} - R_2$$

- e) Escolher o menor valor entre U_1 e U_2 para ser utilizado no cálculo de z , isto é, $U = \min(U_1, U_2)$.

O procedimento seguinte é:

1. Fixar a hipótese nula (H_0) e a hipótese alternativa (H_1). A hipótese nula H_0 afirma não haver diferença entre os grupos, e a hipótese alternativa (H_1) afirma haver diferenças.
2. Fixar o nível de significância (α) do teste.
3. A distribuição amostral depende do valor de N :
 - a) Se $N_1 \geq 10$ e $N_2 \geq 10$, a distribuição de Mann-Whitney aproxima-se de uma distribuição normal padrão
4. O valor real da estatística z , no caso de distribuição normal é:

$$Z_{cal} = \frac{(U - N_1 \cdot N_2/2)}{\sqrt{\frac{N_1 \cdot N_2}{N(N-1)} \left(\frac{N^3 - N}{12} - \sum_{i=l}^g \frac{t_i^3 - t_i}{12} \right)}}$$

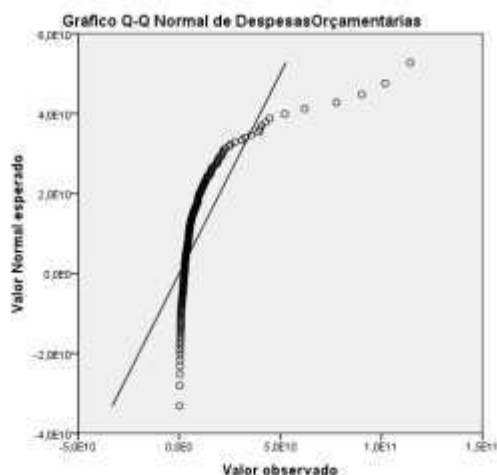
Em que: $\sum_{i=l}^g \frac{t_i^3 - t_i}{12}$ é o um fator de correção quando há empates;

g = número de grupos de postos empatados;

t_i = número de observações empatadas no grupo i . (FÁVERO *et al.*, 2009, p.163)

3.1 CARACTERIZAÇÕES DA AMOSTRA

Por se tratar de variáveis que não têm distribuição normal, como pode ser visto no gráfico a seguir, utilizamos o teste não-paramétrico de Mann-Whitney. Esse tipo de teste é aplicado para testar se duas amostras independentes foram extraídas de populações com médias iguais.



Este é um dos testes não paramétricos mais poderosos, sendo uma alternativa ao teste paramétrico t para duas amostras independentes quando a amostra for pequena e/ou quando a hipótese de normalidade for violada. A única exigência do teste Mann-Whitney é que a variável deve ser medida em escala ordinal e quantitativa.

A amostra da pesquisa foi constituída a partir do banco de dados Finanças do Brasil (Finbra), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); os dados se referem aos gastos com investimentos públicos realizados pelos municípios brasileiros no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2012. A escolha do período deve-se ao fato de que intervalos menores poderiam ser incapazes de detectar confiavelmente a diferença entre a média dos investimentos municipais, influenciando os resultados da pesquisa.

A escolha da amostra foi partir do banco de dados Finanças do Brasil, foram escolhidas as contas empenhadas. Ao final do exercício as despesas empenhadas são consideradas realizadas, em observância ao princípio da competência. A despesa é considerada realizada na liquidação (durante o exercício financeiro), sendo o empenho somente a dedução da disponibilidade orçamentária para fins de assegurar que a despesa a ser realizada tenha crédito aprovado suficientemente para atendê-la, de acordo com a Lei nº 4.320/1964 estabelece que em seu art. 35 que pertence ao exercício financeiro as despesas legalmente empenhadas, ou seja, para a norma supracitada a despesa é considerada em 31/12 pelo seu empenho.

3.2 HIPÓTESES E VARIÁVEIS DA PESQUISA

A pesquisa tem como objeto de análise os gastos realizados pelos municípios brasileiros em investimentos públicos. O objetivo é analisar o impacto da crise financeira

internacional de 2008 sobre os gastos com investimentos públicos dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2012. Assumindo, para tanto, conforme defendido por Mathias e Pereira (2010), que os gastos com investimentos públicos são sensíveis às modificações abruptas no ambiente mundial e que essas modificações podem afetar diretamente o nível de gastos municipais com investimentos públicos. Com base nisso, a hipótese da presente pesquisa é a seguinte:

H_0 = A crise financeira de 2008 não afetou os gastos dos municípios.

De acordo com Souza (2004), as transferências federais representam a principal fonte de recursos para os municípios de pequeno e médio porte, ou seja, municípios mais pobres e com menor população.

H_1 = A crise financeira de 2008 afetou os gastos dos municípios.

Para captar como os gastos municipais em investimentos estavam sendo realizados pelos municípios e como passaram a ser após a crise de 2008, o período de coleta de dados foi dividido em dois intervalos (faixas): (0) antes da crise e (1) após a crise (codificação feita através da criação de uma variável *dummy*: “0” para todos os investimentos feitos pelos municípios antes da crise de 2008, e “1” para todos os investimentos feitos após a crise de 2008). O primeiro intervalo se estendeu de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2007, e o segundo, de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, um total de 32 Contas dos Municípios foram analisadas, perfazendo 96 observações. Adotou-se tal procedimento como forma de neutralizar o ano 2008, no qual a crise financeira ocorreu.

3.3 TRATAMENTOS DOS DADOS

A comparação de parâmetros o número variáveis, média variável, média dos postos, soma dos postos, testes estatísticos, etc., pautam-se em testes não paramétricos (que não necessitam o conhecimento da distribuição amostral). Os testes não paramétricos se configuram como alternativa aos testes paramétricos (MAROCO, 2003, *apud* RIBEIRO E GERIGK, 2015).

Os parâmetros de relevância para a análise foram a Sig. (nível de significância) e a média da(s) variável(eis). Para a aplicação de testes paramétricos é necessária a verificação simultânea de que “0” (*dummy*), a variável dependente, seja igual ou diferente de “1” (*dummy*), caso as análises objetivem comparar duas amostras (MAROCO, 2003, *apud* RIBEIRO E GERIGK, 2015, FÁVERO, 2009).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após coletar os dados referentes ao primeiro intervalo que se estendeu de 01 de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2007, e ao segundo, de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, foi possível verificar um total de 32 observações:

Tabela: Observações do período de 2009-2012

Variável	Média da Variável		Sig. (nível de significância)
	Antes da Crise 2008	Depois da Crise 2008	
Despesas Orçamentárias	6.629.742.769,66	12.926.617.979,49	0,00
Desp. Correntes	5.799.862.364,82	11.226.825.933,49	0,00
Pessoal e Encarg. Soc_PES	2.864.586.067,87	5.695.038.391,83	0,00
PESAD Aposent. e Reformas	163.840.296,57	253.259.985,86	0,15
PESAD Pensões	32.532.150,28	60.090.321,32	0,15
PESAD Contrat. Tempo Determ.	162.618.053,22	360.506.470,15	0,00
PESAD Vencimentos Pes Civil	2.038.862.677,30	3.922.164.201,01	0,00
PESAD Obrig. Patronais	259.789.220,71	3.488.862.702,93	0,00
PESAD Indeniz. Res. Trabalhistas	5.891.953,90	12.950.119,19	0,00
Juros e Encargos Dívida_JED	113.587.633,15	168.693.561,17	0,16
JED Aplicações Diretas	113.587.633,15	168.693.344,10	0,16
JED Juros Div p/ Contrat.	106.659.713,96	155.000.940,76	0,34
Out Desp. Correntes_ODC	2.821.688.663,83	5.363.077.474,71	0,00
ODC Aplicações Diretas	2.682.510.222,05	4.967.383.772,48	0,00
ODCAD Diárias Civil	15.165.245,08	25.175.107,97	0,00
ODCAD Mat. Consumo	556.191.699,80	846.859.124,34	0,00
ODCAD Premiações Diversas	1.466.710,08	2.711.567,50	0,00
ODCAD Mat. Distribuição Gratuita	49.675.393,85	98.102.195,95	0,00
ODCAD Serv. Consultoria	17.879.389,20	26.777.305,75	0,00
ODCAD Out Serviç. Terceiros PF	198.629.410,81	291.428.798,53	0,00
ODCAD Out Serviç. Terceiros PJ	1.422.203.789,47	2.749.081.100,41	0,00
ODCAD Obrig. Tribut. e Contrib.	50.856.393,94	104.010.497,96	0,00
ODCAD Sentenças Judiciais	16.980.788,26	36.722.130,47	0,00
ODCAD Desp Exerc Anteriores	56.343.119,63	94.875.436,90	0,00
ODCAD Indeniz. e Restituições	14.265.839,32	37.179.262,73	0,00
Despesas de Capital	829.880.404,79	1.695.202.217,01	0,00
Investimentos	686.125.821,05	1.406.063.798,03	0,00
I Aplicações Diretas	677.377.203,69	1.394.288.164,52	0,00
IAD Obras e Instalações	511.748.599,72	1.041.043.227,34	0,00
Amortização da Dívida	122.625.125,56	251.330.218,19	0,00
AD Aplicações diretas	122.625.125,56	251.330.218,19	0,00
Principal Div. Contratual	104.244.728,62	196.723.735,36	0,00

Através da tabela pode-se fazer uma comparação das médias das variáveis antes e após a crise de 2008, e ainda fazer uma análise do nível de significância, dados importantes para a aceitação ou rejeição das hipóteses H_0 e H_1 .

Para verificar a homogeneidade, a significância (p-value) deve ser maior que 5% (Sig. > 0,05). Diante do resultado do teste, pode-se concluir que as variâncias populacionais estimadas não são homogêneas, pois o nível de significância (p-value) do teste (0,000) não foi capaz de rejeitar a H_0 : que as variâncias das duas amostras não são homogêneas, indicando que as variáveis analisadas possuem características não paramétricas.

Após análise, concluiu-se que a crise de 2008 não afetou os gastos públicos municipais, por constar um aumento significativo no parâmetro média da variável após a crise de 2008 em relação ao parâmetro média da variável do período de pré crise ou do período antes de da crise de 2008.

Sendo assim, aceita-se a hipótese H_0 , pelo fato de que em 27 das 32 contas observadas constaram a $SIG < 0,05$, que é um dos parâmetro de relevância a ser analisado para aceitação da hipótese, além do parâmetro média da(s) variável(eis) que deixa claro o aumento na média pós crise em relação ao pré crise, constatando que houve um aumento nos gastos públicos após a crise. Rejeitando-se a hipótese H_1 , mesmo constatando a $SIG > 0,05$ nas contas Aposentadorias e Reformas, Pensões, Juros e Encargos Diversos, Aplicações Diretas JED e Juros Diversos por Contrato, pode-se constatar que a média da variável após a crise também é maior que a média da variável da pré crise. Concluindo a crise de 2008 não afetou os gastos públicos municipais brasileiros, uma vez que os gastos públicos municipais cresceram ao invés de decrescerem no período da crise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Apresente pesquisa teve como objetivo responder o seguinte questionamento: quais os impactos da crise financeira de 2008 nas finanças públicas dos municípios brasileiros em relação aos investimentos?

Assim, utilizando o teste de Mann-Whitney, foi possível concluir que as médias das variâncias populacionais estimadas não são médias iguais, e o nível de significância (Sig. Assint.- 2 caudas) do teste (0,00) não foi capaz de rejeitar a H_0 : que as médias das variâncias das duas amostras não são médias iguais, indicando que as variáveis analisadas possuem características não paramétricas.

Concluiu-se ainda que a crise de 2008 não afetou os investimentos públicos municipais, uma vez que, mesmo constatando a $SIG > 0,05$, a média da variável antes e após a crise encontra-se diferente sendo possível verificar que a diferença da média variável depois da crise é maior que a variável da média antes da crise. Assim, como os gastos aumentaram significa que a crise de 2008 não afetou os investimentos públicos municipais, aceitando assim a H_0 .

Sendo assim, aceita-se a hipótese H_0 , pelo fato de que em 27 das 32 contas observadas constaram a $SIG < 0,05$, que é um dos parâmetro de relevância a ser analisado para aceitação da hipótese, além do parâmetro média da(s) variável(eis) que deixa claro o aumento na média pós crise em relação ao pré crise, constatando que houve um aumento nos gastos públicos após a crise. Rejeitando-se a hipótese H_1 , mesmo constatando a $SIG > 0,05$ nas contas Aposentadorias e Reformas, Pensões, Juros e Encargos Diversos, Aplicações Diretas JED e Juros Diversos por Contrato, pode-se constatar que a média da variável após a crise também é maior que a média da variável da pré crise. Concluindo a crise de 2008 não afetou os gastos públicos municipais brasileiros, uma vez que os gastos públicos municipais cresceram ao invés de decrescerem no período da crise.

Sugere-se futuras pesquisas a fim de saber o impacto da crise nos dias atuais nos gastos públicos municipais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. de; CARNEIRO, L. P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 124-147, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762003000100005>>. Último acesso em: 20/08/2016.
- ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ARRETCHE, M.; VAZQUEZ, D. A. Distribuição espacial do gasto público no município de São Paulo: partidos fazem diferença? In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 29., 2005, São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3792&Itemid=318>. Último acesso em: 20/08/2016.
- BORGES, A. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 120-157, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222010000200006&script=sci_arttext>. Último acesso em: 20/08/2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Crise e recuperação da confiança. **Revista Economia e Política**, v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.iececon.net/arquivos/publicacoes347527252.pdf>>. Último acesso em: 05 abr. 2015.
- CARCANHOLO, M. et al. **Crise Financeira Internacional: Natureza e Impacto**. 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise_financeira_internacional_gep_maio_2008.pdf>. Último acesso em: 20/08/2016.
- DALL'ACQUA, F. M. **O Regime Fiscal e Investimento Público no Brasil**. FGVEAESP/GVPESQUISA, Relatório 21/2005. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3156/P00333_1.pdf?sequence=1>. Último acesso em: 20/08/2016.
- DOMINGUES, E. P.; VIANA, F. D. F.; OLIVEIRA, H. C. de. **Investimentos em infraestrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento**. Belo Horizonte: FMG/Cedeplar, 2007. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20319.pdf>>. Último acesso em: 20/08/2016.
- FÁVERO, L. P. et al. **ANÁLISE DE DADOS MODELAGEM MULTIVARIADA PARA A TOMADA DE DECISÕES**, 7ª tiragem, Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.
- GONÇALVES, R. **Crise Econômica: Radiografia e Soluções para o Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/images_arquivo/criserenato.pdf>. Último acesso em: 20/08/2016.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NASCIMENTO, E. R. **Gestão Pública: tributação e orçamento; gestão fiscal responsável; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil, de JK a**

Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo. São Paulo: Saraiva, 2010.

OREIRO, José Luis; **Origem, causas e impactos da crise, valor econômico**, 2011. Disponível em: <<https://jlcoureiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>>. Último acesso em 03 de junho de 2017.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando; **Artigo no valor econômico de hoje**, 2009. Disponível em: <<https://jlcoureiro.wordpress.com/2009/02/06/artigo-no-valor-economico-de-hoje/>>. Último acesso em 03 de junho de 2017.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

RIBEIRO, Flávio; GERIGK, Willson. O impacto da crise financeira internacional sobre os investimentos públicos municipais. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 15, n. 1, p. 95-114, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>>. Último acesso em: 17/08/ 2016.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública**: Um enfoque na Contabilidade Municipal. 2ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a04v18n2.pdf>>. Último acesso em 17/08/ 2016.

_____. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista Sociologia Política**, n. 24, p. 105-121, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a08n24.pdf>>. Último acesso em: 20/08/2016.

_____. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 431-442, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13023>>. Último acesso em: 20/08/2016.

ANEXOS

Gráfico 1 - Despesas Orçamentárias

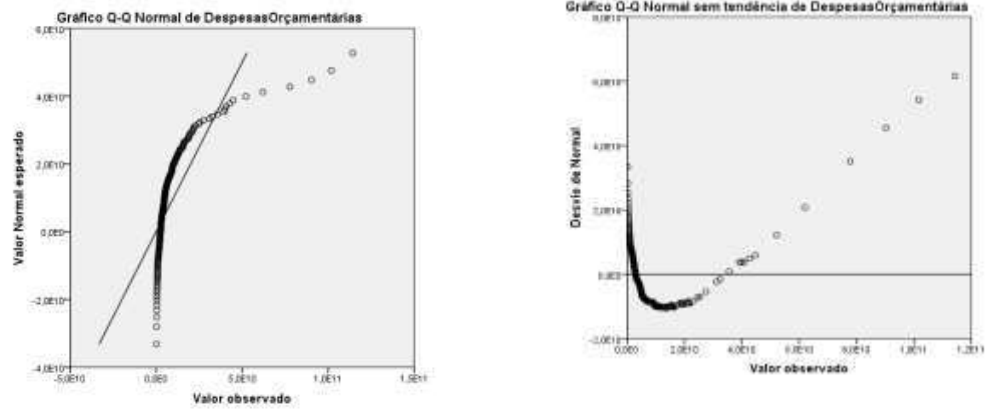


Gráfico 2 - Desp. Correntes

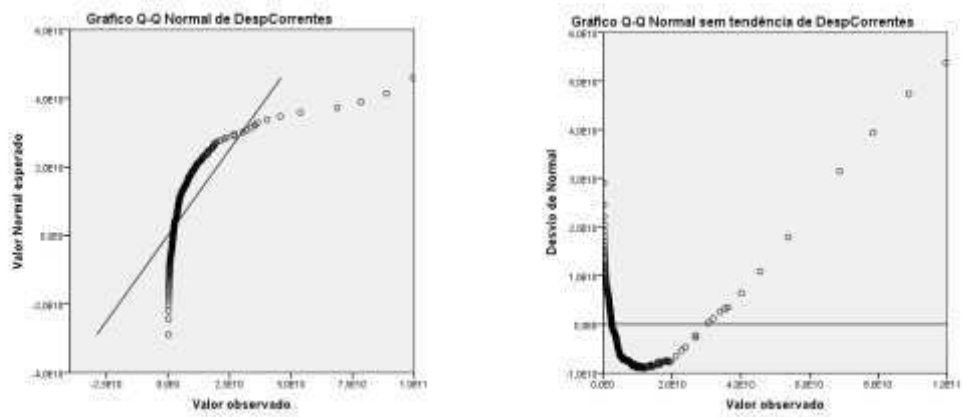


Gráfico 3 - Pessoal e Encarg. Soc_PES

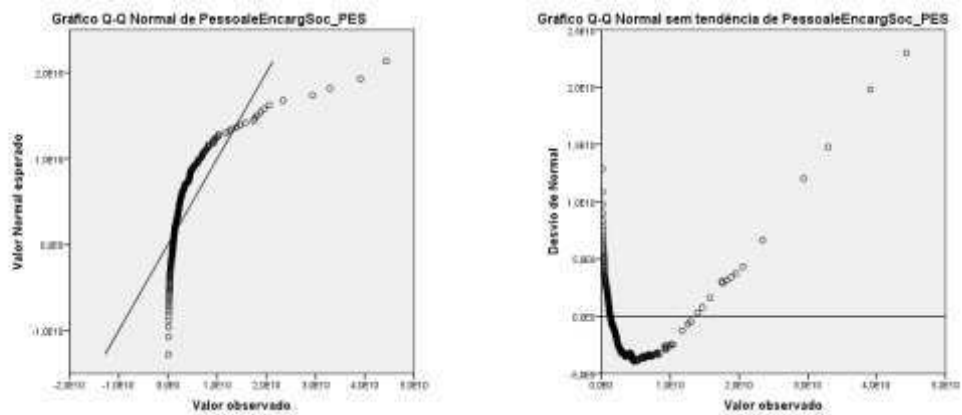


Gráfico 4 – PESADA posent. e Reformas

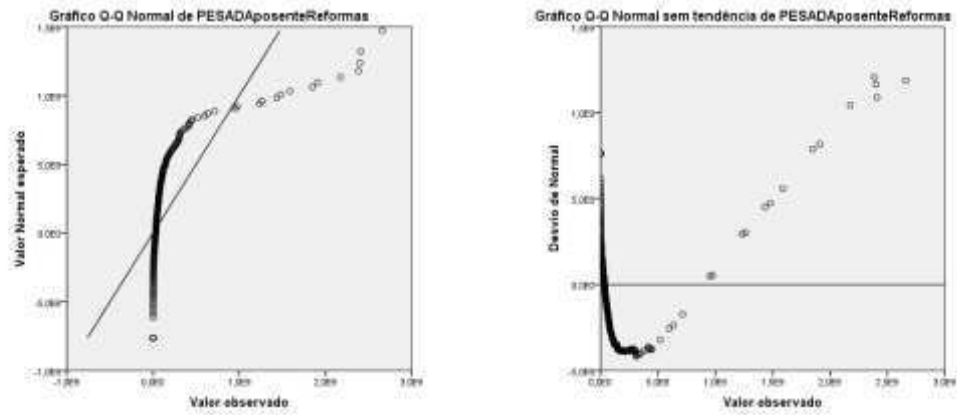


Gráfico 5 - PESAD Pensões

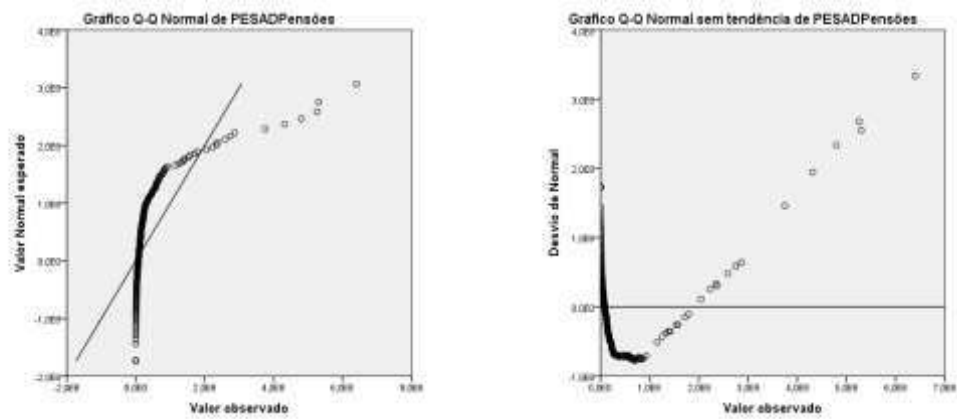


Gráfico 6 - PESAD Contrat. Tempo Determ.

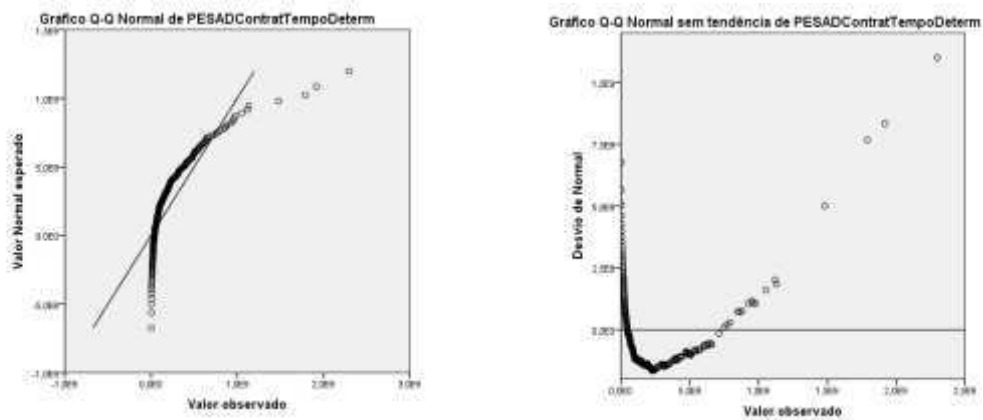


Gráfico 7 - PESAD Vencimentos Pes. Civil

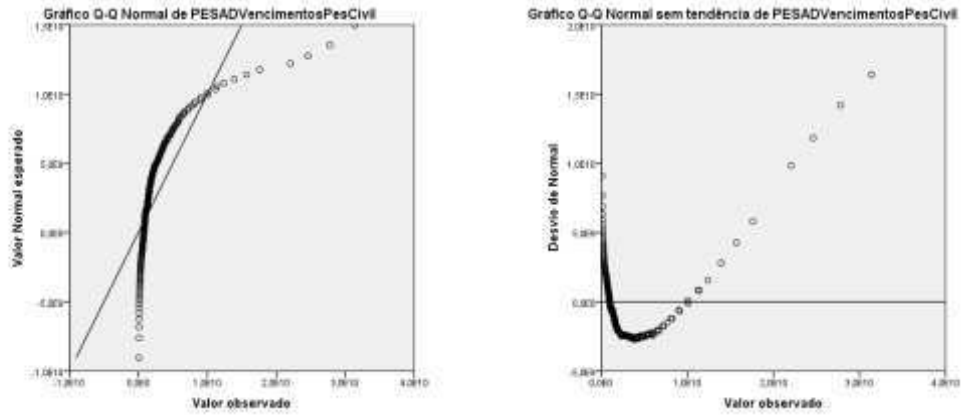


Gráfico 8 – PESAD Obrig. Patronais

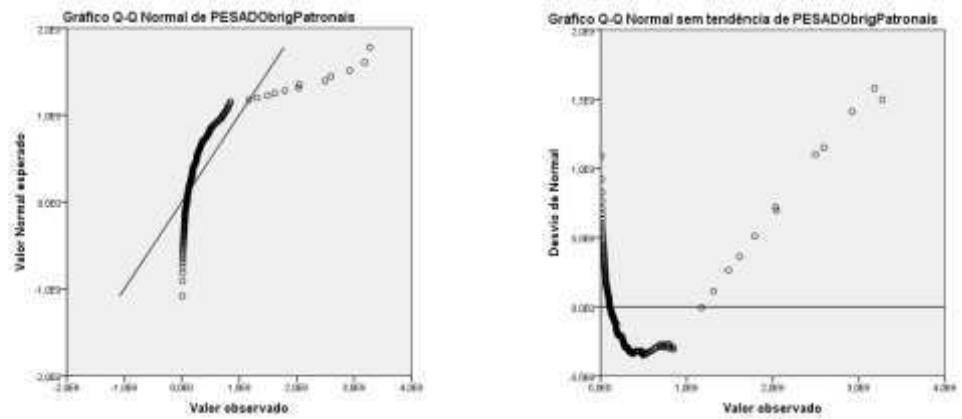


Gráfico 9 – PESAD Indeniz. Res. Trabalhistas

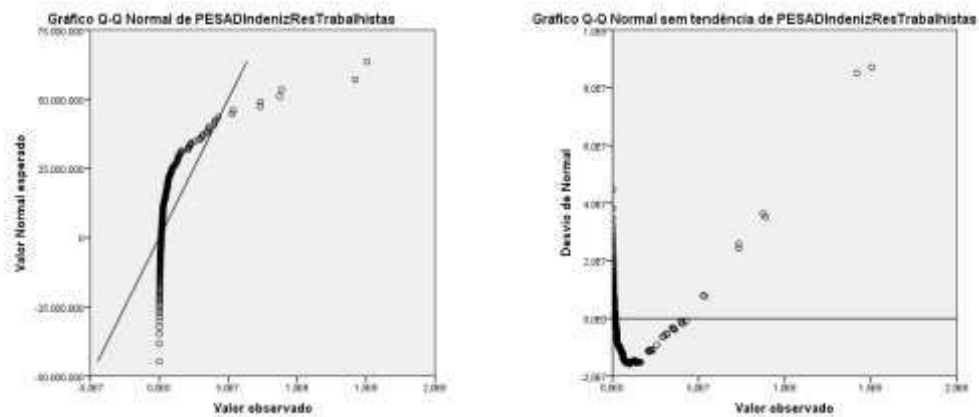


Gráfico 10 – Juros e Encargos Dívida_JED

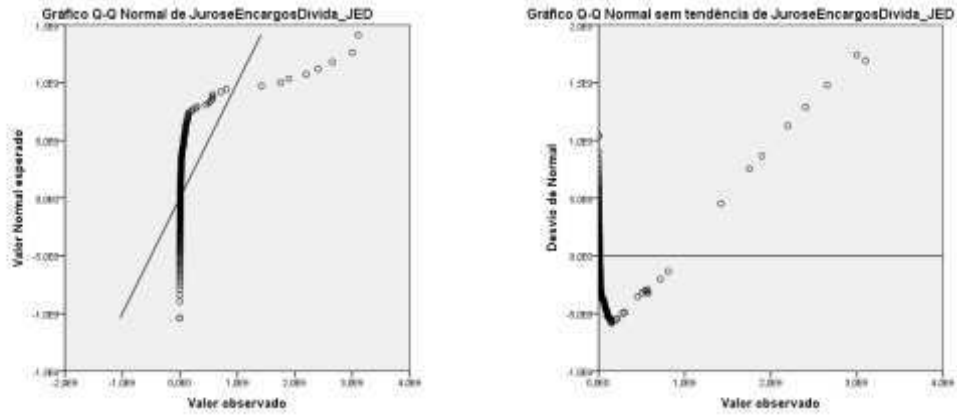


Gráfico 11 – JED Aplicações Diretas

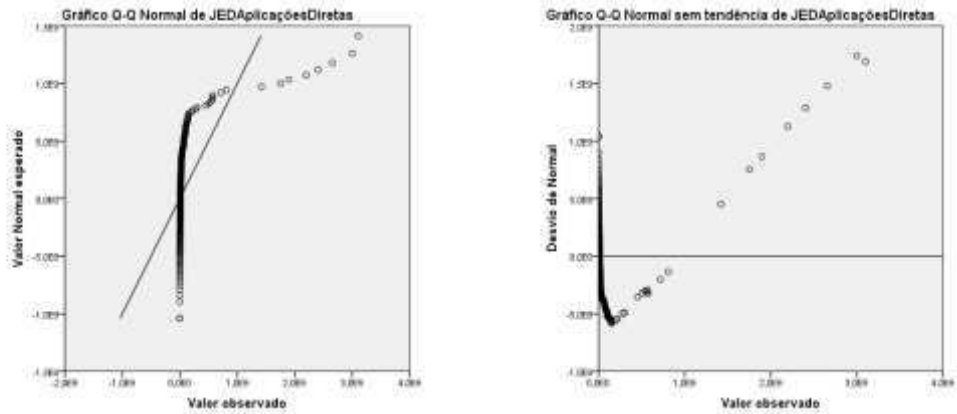


Gráfico 12 – JED Juros Divp. Contrato

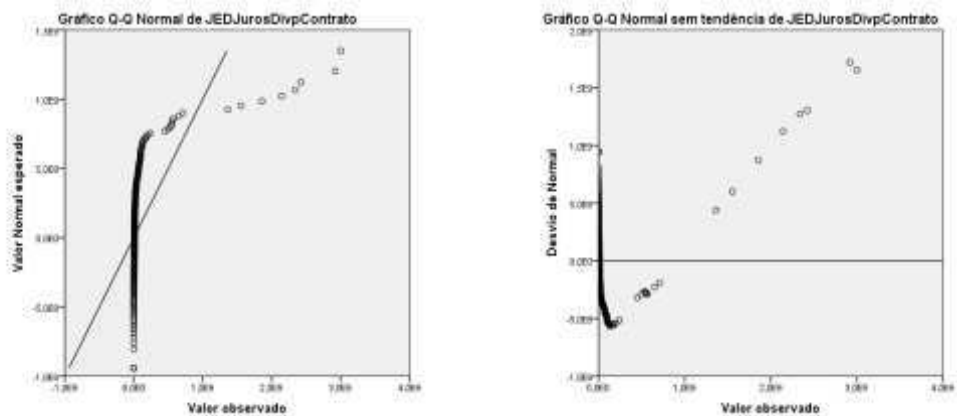


Gráfico 13 – Out. Desp. Correntes_ODC

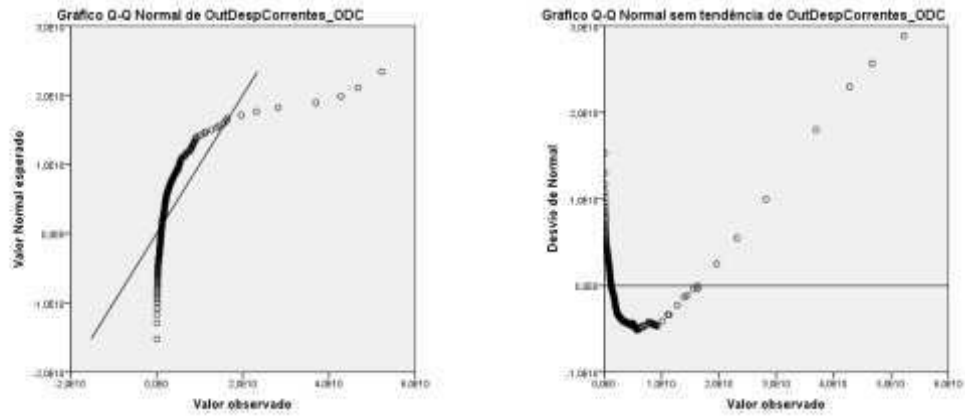


Gráfico 14 – ODC Aplicações Diretas

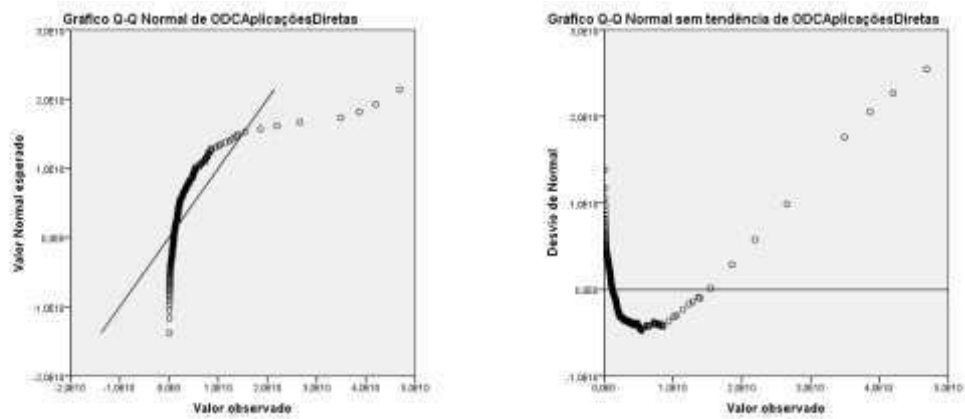


Gráfico 15 – ODCAD Diárias Civil

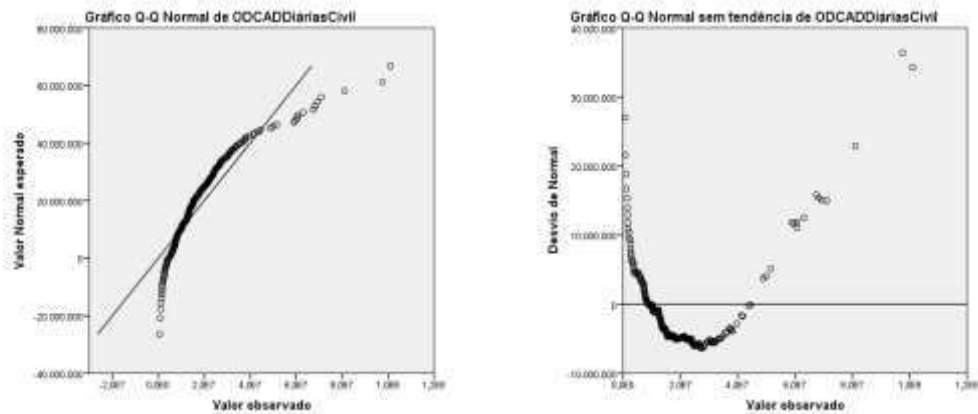


Gráfico 16 – ODCAD Mat. Consumo

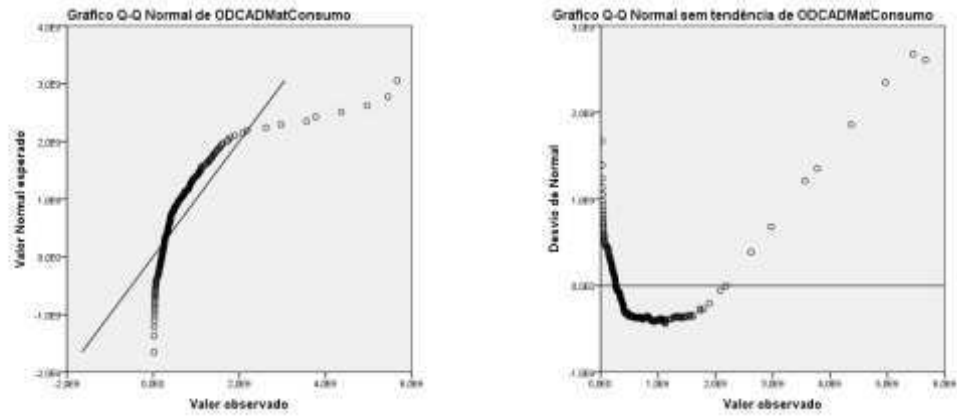


Gráfico 17 – ODCAD Premiações Diversas

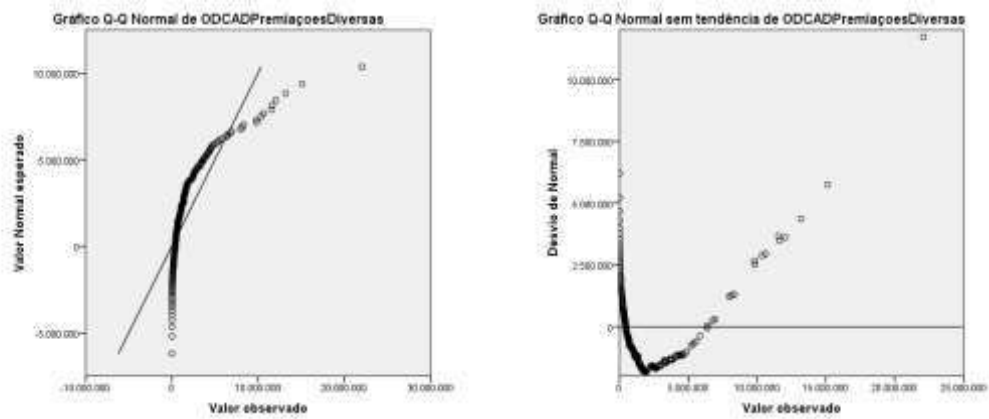


Gráfico 18 – ODCAD Mat. Distribuição Gratuita

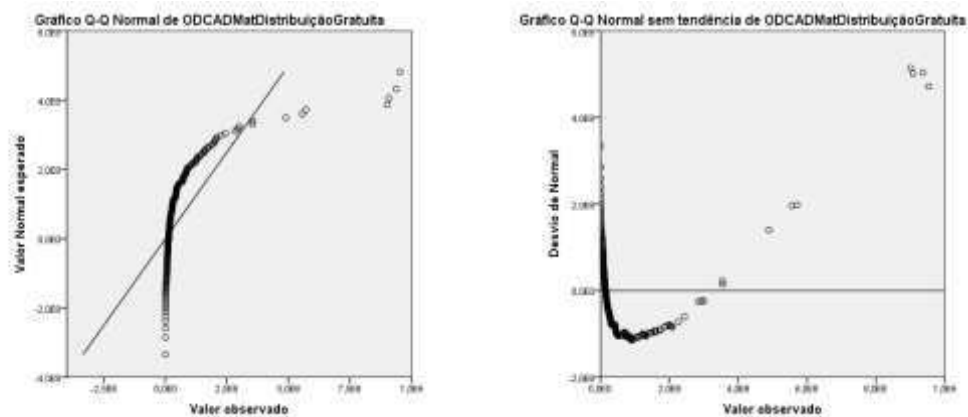


Gráfico 19 – ODCAD Serv. Consultoria

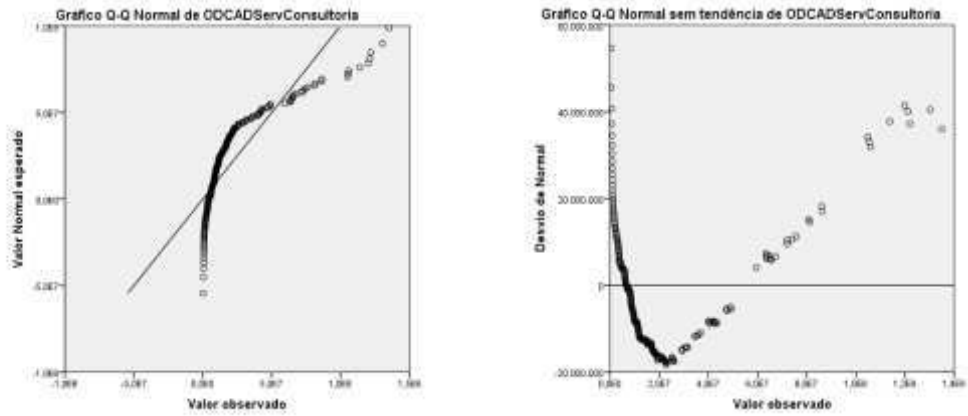


Gráfico 20 – ODCAD Out. Serviç. Terceiros PF

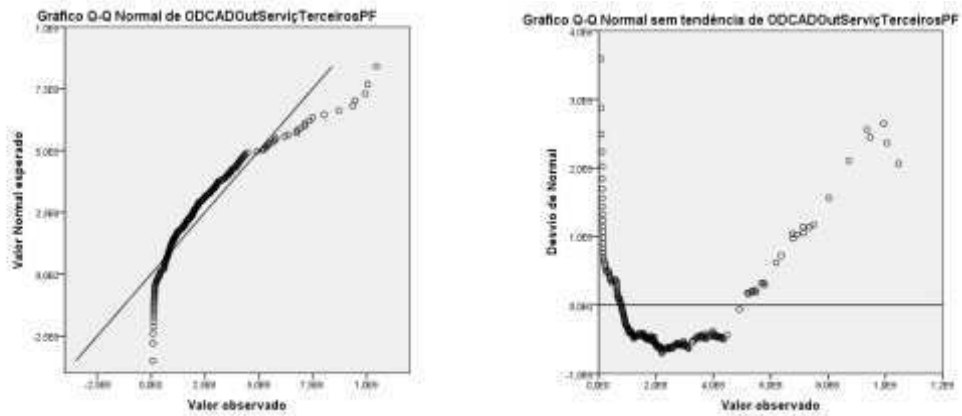


Gráfico 21 – ODCAD Out. Serviç. Terceiros PJ

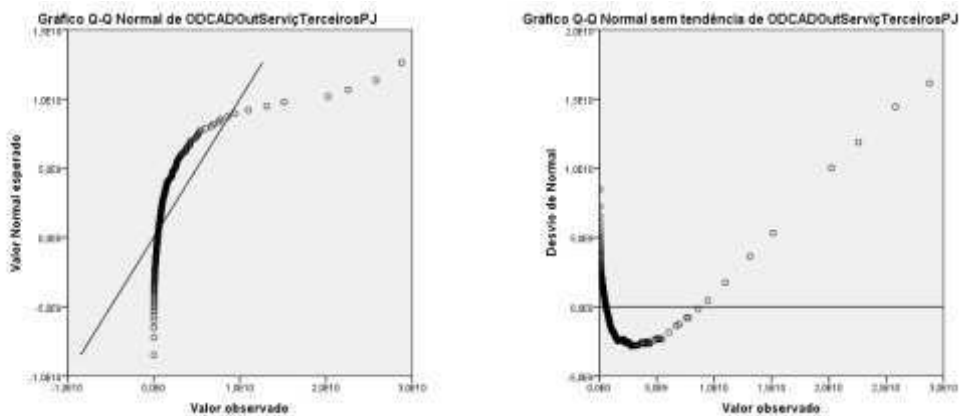


Gráfico 22 – ODCAD Obrig. Tribut. E Contrib.

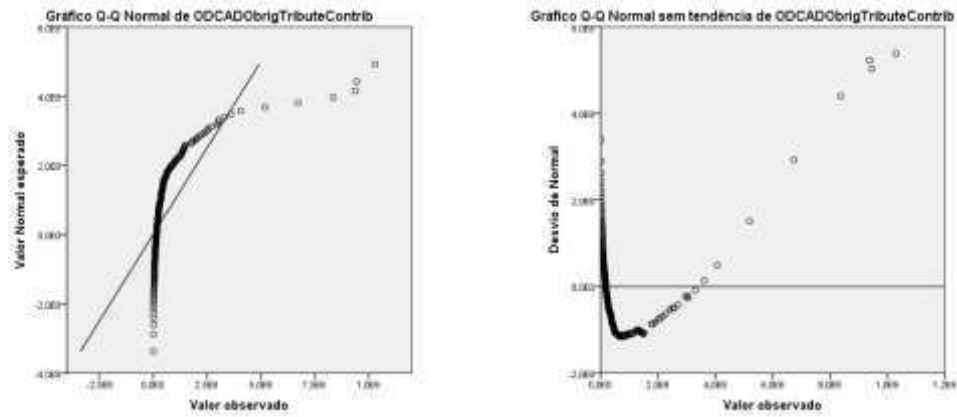


Gráfico 23 – ODCAD Sentenças Judiciais

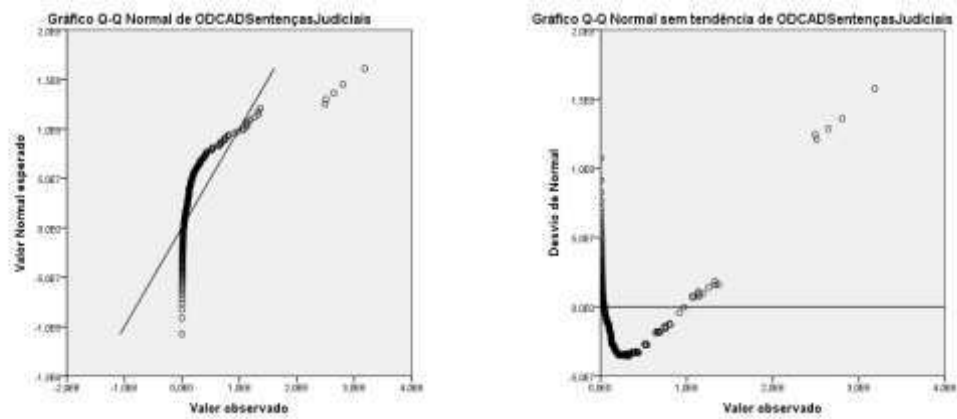


Gráfico 24 – ODCAD Desp. Exerc. Anteriores

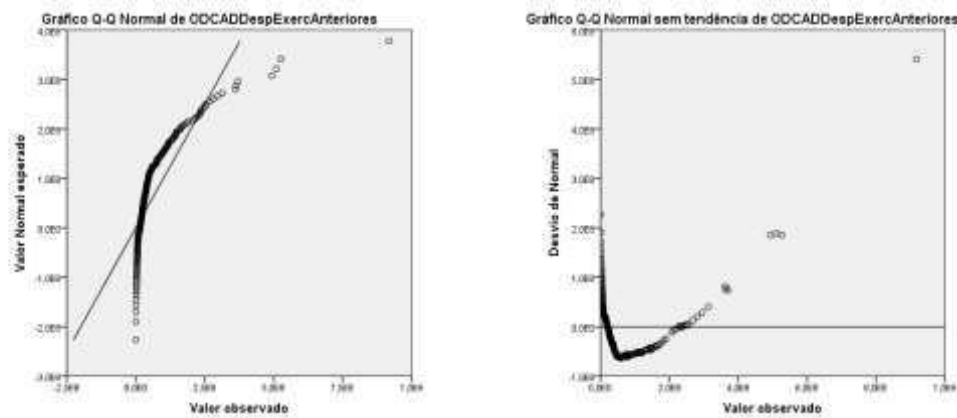


Gráfico 25 – ODCAD Indeniz. E Restituições

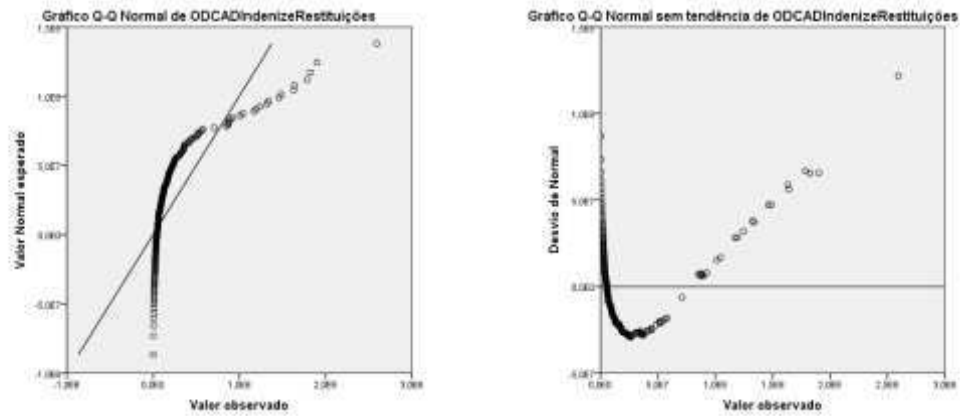


Gráfico 26 – Despesas de Capital

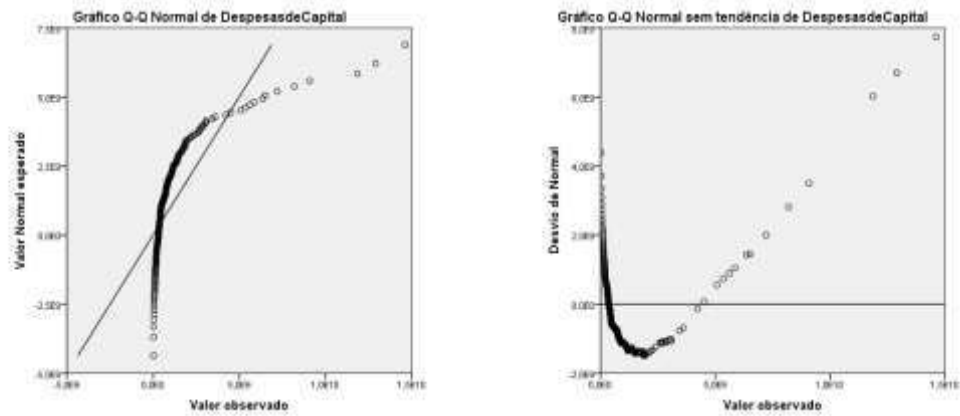


Gráfico 27 – Investimentos

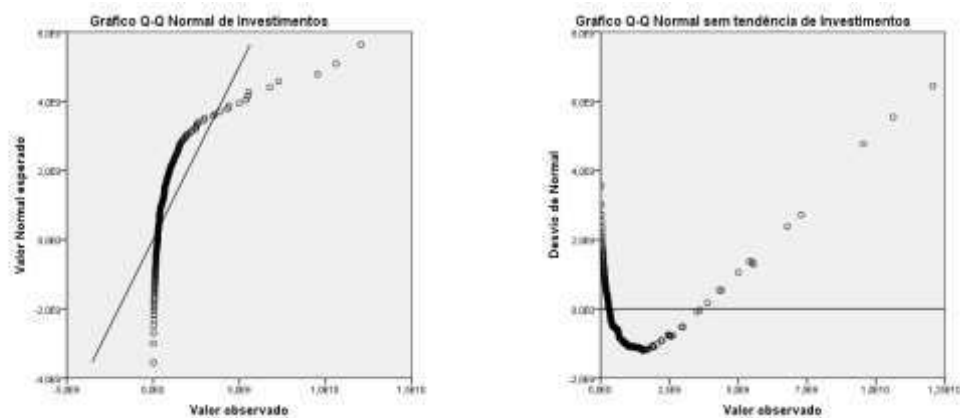


Gráfico 28 – I Aplicações Diretas

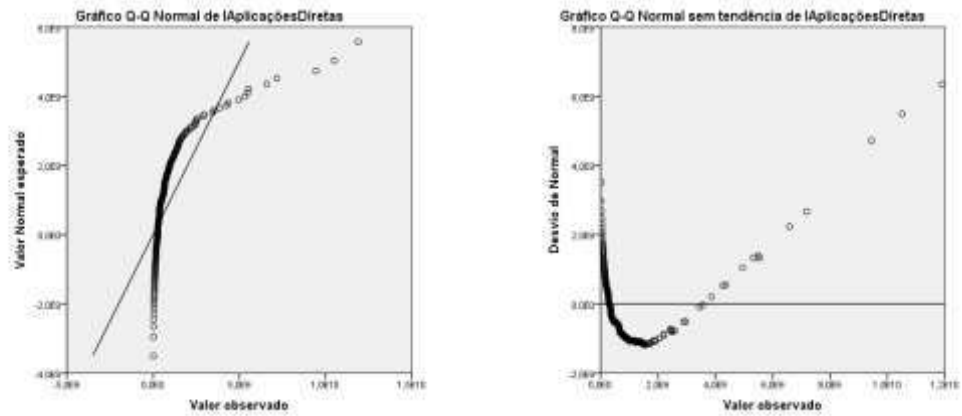


Gráfico 29 – IAD Obras. E Instalações

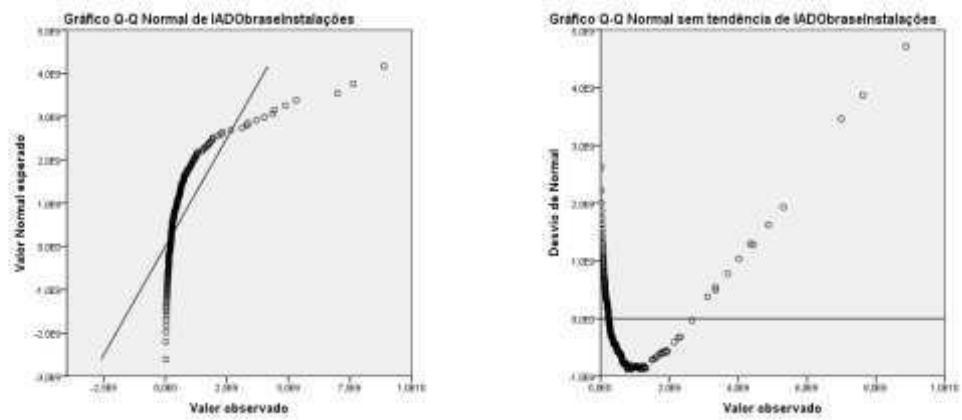


Gráfico 30 – Amortização da Dívida

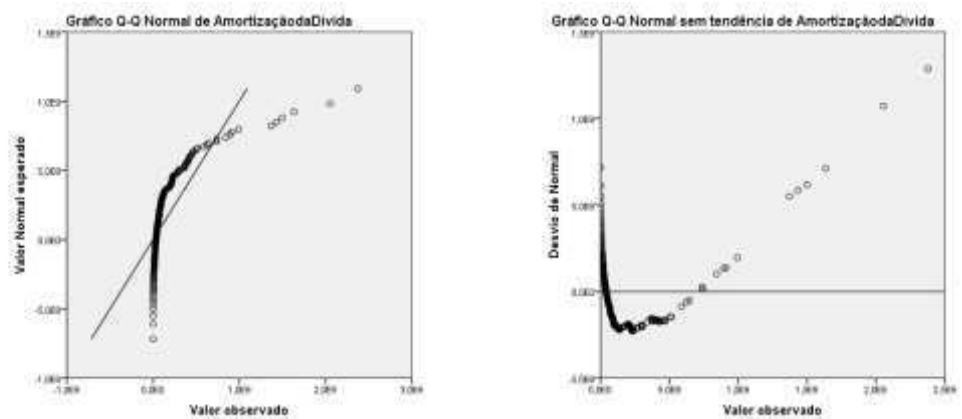


Gráfico 31 – AD Aplicações diretas

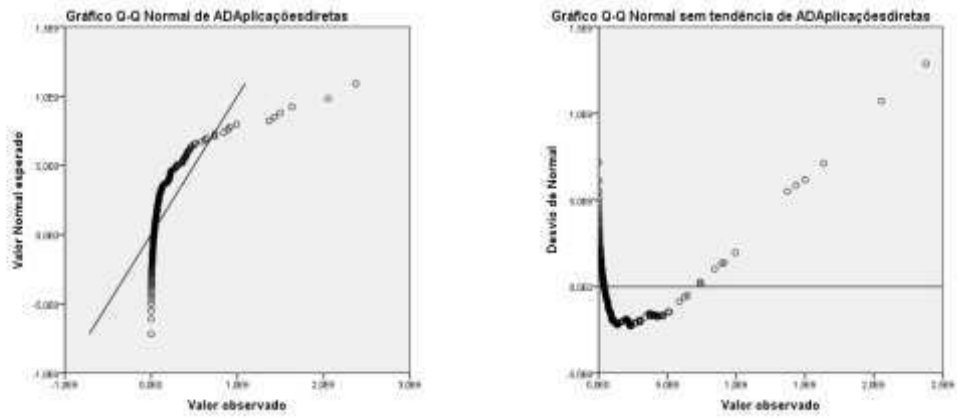


Gráfico 32 – ADAD Principal Div. Contratual

